

Bolsas querem atuar e influir na Constituinte

JOSÉ NÉUMANNE PINTO

O presidente da Bolsa Mercantil & de Futuros, Eduardo Rocha Azevedo, e o ex-presidente da Bolsa de Valores de São Paulo Fernando Nabuco, que divulgaram semana passada um documento propondo a fusão administrativa das bolsas de papéis de risco, como exemplo para o governo, acham que o mercado de capitais no Brasil tem de atuar politicamente na Constituinte, sob pena de simplesmente ser extinto, por inútil, inócuo e inviável. Eles acreditam que somente a conscientização dos políticos de que os gastos do governo precisam ser controlados pode salvar o mercado financeiro privado no Brasil, ameaçado pela constante estatização da economia nacional.

"No Brasil, sempre foi moda o governo falar na capitalização da empresa privada pelos mecanismos de mercado. Mas só acontecerá isso mesmo para valer no dia em que o governo deixar de disputar a poupança com os corretores privados. A classe política é que tem que controlar o governo, que está sempre de olho nas boas ocasiões. Sempre que aparece um bom negócio, descoberto pelo setor privado, o governo entra para tirar vantagem e quase inevitavelmente atrapalha. Se continuar assim, a coisa não terá nem fim nem solução", disse Eduardo Rocha Azevedo, que reconheceu, contudo, uma coisa: as entidades de classe da iniciativa privada — em especial as do mercado de capitais — não estão preparadas para conversar com os políticos e defender suas posições junto a eles. "De outro lado, a classe política brasileira não tem uma linha definida nem tem uma conduta de honestidade que a torne capaz de um diálogo frutífero. Com essa confusão que são os partidos políticos no Brasil, é difícil encontrar um interlocutor válido para um diálogo", disse o presidente da Bolsa Mercantil & de Futuros, que lida com papéis (mercado a termo) e com mercadorias (principalmente ouro).

"O caminho para a saída, no caso dos mercados de papéis de risco, só pode ser o político. Estou no mercado há 20 anos e nesta época seu poder de fogo aumentou bastante. Não temos a força de uma Fiesp, mas, dentro do segmento das empresas de capital privado, acho que podemos dar uma contribuição muito grande aos constituintes e ao governo federal apresentando soluções práticas para os problemas da economia brasileira. Nós estamos preparados para apresentar sugestões que deem resultado e queremos contribuir", comentou Fernando Nabuco, que já foi presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, mas hoje está na oposição, com uma postura muito crítica à posição do governo federal, em relação ao mercado financeiro.

Seu aliado nessas críticas, o também ex-presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, sente que não há hoje o menor diálogo entre as autoridades responsáveis pela área econômica do governo e as bolsas. "Ao contrário, desde a instalação da Nova República, é cada vez maior o desprestígio dos mecanismos de mercado junto às autoridades da área econômica. E o dramático é que um país que tem a oitava maior economia do mundo não pode dar-se ao luxo de ter um mercado de capitais tão inexpressivo. O desinteresse do governo (o mercado deixou de ser prioritário para as autoridades há muito tempo) atrapalha muito o necessário crescimento da atividade", disse.

O presidente da BM&F, instala-

da na praça Coronel Antônio Prado, em pleno centro de São Paulo, disse também perceber que há uma perplexidade tão grande na classe empresarial, em relação à política econômica, que todo mundo chora, xinga, queixa-se, mas poucos têm algo de prático a apresentar, alguma solução a discutir. Por isso, ele e Fernando Nabuco decidiram apresentar o documento esta semana, no qual propõem uma fusão administrativa para diminuir os custos da atividade das bolsas que lidam com investimentos de risco. Apesar de a Bolsa haver atingido na última semana (por causa da elevação exagerada dos juros bancários) índices de movimento semelhantes aos de meados de 1985, ele explicou que a sugestão não é para atender a necessidades de caixa do setor, mas sobretudo de caráter eminentemente político.

"Neste momento difícil, cada setor da sociedade brasileira deve aparecer com soluções práticas, dentro da área de especialização profissional do segmento social que apresenta a solução. Não temos problemas sérios de receita que nos force a este tipo de racionalização para redução de custos, mas a economia do País todo tem que trabalhar de forma mais eficiente e nós podemos dar o exemplo, baixando o custo da operação dos corretores de valores mobiliários", disse Eduardo Rocha Azevedo.

Ele acha que a fusão das entidades do mercado de capitais pode servir de exemplo para o governo, cujas empresas estão sempre mal administradas e sofrendo de superposições

de custos, encargos e funções. "Na verdade, o mercado foi esquecido na elaboração da Constituição. Nem sequer fomos convidados para a comissão pré-Constituinte presidida pelo professor Afonso Arinos. Isso mostra um desinteresse altamente prejudicial não apenas aos nossos interesses, mas também aos interesses da sociedade como um todo, pois se este mercado não se desenvolver, também não haverá desenvolvimento econômico", acha o presidente da Bolsa Mercantil & de Futuros.

Para ele, a estatização da economia brasileira não é um processo de caráter meramente econômico, mas predominantemente político. "Só vemos é o Estado crescendo, tomando conta de tudo, ocupando todos os espaços e isso só acontece porque os políticos não demonstram o menor interesse numa diminuição da atividade econômica do Estado. Enquanto isso, os empresários também não gritam muito alto para não perder oportunidades de negociar com esse Estado-patrão", disse. Na opinião de Eduardo Rocha Azevedo, o governo pôs operários de um lado e patrões de outro e, diante desse conflito administrado, há pouco o que fazer em termos de Pacto Social, que agora o próprio governo sente ser indispensável fazer.

"A minha impressão é de que esse processo de racionalização, de maior eficiência que propomos no documento é inevitável no Brasil, até por uma questão de sobrevivência do País, da sociedade como um todo. Estamos tentando nos antecipar a algo que vem aí muito breve e muito forte. O governo não sente isso porque está amorfo", acha Fernando Nabuco, conselheiro da Bolsa de Valores de São Paulo. Ele só vê um campo para a discussão desse problema, que é o debate político: "As novas situações criarão um novo tipo de político que vai ser obrigado a enfrentar o problema e não vai ficar nesse comodismo, nesse pragmatismo suicida, em que a classe política está mergulhada no Brasil. A pressão das necessidades tornará os políticos mais próximos de atitudes necessárias para o acerto da situação", acha Fernando Nabuco que, esta semana, perdeu uma eleição na Bolsa para o grupo liderado por Eduardo Levy, que já estava no poder.

"No Brasil de amanhã só vai sobreviver quem tiver o pé no chão. As empresas que se tornarem negócios burocratizados vão quebrar. Ficarão as estruturas enxutas, sem gigantismo. O brasileiro vai ter que perder essa mania de gigantismo, essa vergonha de ser pequeno ou médio e eficiente, arcando com o alto custo da ineficiência só para ser grande. Essa será a condição mais importante de credibilidade para que as empresas estrangeiras voltem a acreditar e a investir no Brasil. Temos que viabilizar isso", acredita Fernando Nabuco.

Seu companheiro na batalha pela entrada do mercado de capitais na arena política, via Constituinte, Eduardo Rocha Azevedo, completa: "Inflação, para um país em desenvolvimento, como o nosso, não é e nunca será problema. Nosso problema é balanço de pagamentos. Enquanto continuarmos a gastar como se tivéssemos 500 bilhões de dólares em caixa e não o que temos na verdade, ou seja, mais de cem bilhões de dólares de dívidas, a coisa vai ser mais difícil. Nosso caminho para o realismo é, só pode ser, o político. Por isso, vamos cada vez mais atuar junto à classe política, embora ainda nem saibamos direito como, até pela falta de prática".



Eduardo Rocha Azevedo



Fernando Nabuco